

# ACTA Nº01/2007

## ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e sete, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 16 de Fevereiro do ano de dois mil e sete**, com a seguinte:-----

### -----ORDEM DE TRABALHOS: -----

#### -----01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

-----01.01 – Apreciação e votação da acta nº05/2006, referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2006.12.14; -----

-----01.02 – Leitura resumida do expediente; -----

-----01.03 – Actividade Municipal – apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----01.04 – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

#### -----02- ORDEM DO DIA -----

----- 02.01 – Apreciação e votação de um pedido da Câmara Municipal para «*Contratação de um empréstimo a curto prazo – Tesouraria 2007*», nos termos da alínea d), do n.º2, do art.º53º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro – (grelha A); -----

-----02.02 – Apreciação e votação do pedido camarário relativo à emissão de «*declaração de interesse público municipal da ampliação de pedreira denominada Lena Engenharia e Construções, S.A.* – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao «*valor das taxas inerentes ao processo de registo de cidadãos da União Europeia – Lei n.º37/2006, de 09 de Agosto*» – (grelha A); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à «*Carta Educativa do concelho de Ourém*», nos termos do Decreto-Lei n.º7/2003, de 15 de Janeiro – (grelha A); -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS (ADITAMENTO):** -----

-----**02- ORDEM DO DIA** -----

-----**02.05** – Apreciação e votação do «*requerimento do pedido de declaração de utilidade pública de expropriação e de posse administrativa dos terrenos necessários à execução do Plano de Pormenor da zona do Centro de Saúde de Ourém*»; -----

-----**02.06** – Eleição de «*um Representante das Juntas de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal*»; -----

-----**02.07** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Miguel Lopes Mangas Reis; -----

-----Avelino da Conceição Subtil;-----

-----Carina João Reis Oliveira;-----

-----Constantino da Graça Lopes; -----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Elias Dias da Silva; -----

-----Francisco Caetano;-----

-----Francisco Gonçalo Nunes André;-----

- Humberto Luís Ferraz Antunes; -----
- Joana Luísa Abreu de Figueiredo;-----
- João Carlos Gameiro Rodrigues; -----
- João Pereira Trezentos;-----
- Joaquim dos Reis Gonçalves. -----
- José Augusto Dias dos Reis; -----
- José Custódio Ribeiro Faria;-----
- José da Silva Pereira; -----
- José Maria Henriques de Sousa; -----
- Luís de Sousa e Silva; -----
- Manuel Lourenço Dias;-----
- Manuel Rodrigues Antunes;-----
- Manuel Tavares Lopes; -----
- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
- Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----
- Mário João de Oliveira Santos; -----
- Natálio de Oliveira Reis; -----
- Nelson Carlos Lino Lopes; -----
- Rui Pedro Marto Pereira; -----
- Sérgio José Ferreira Ribeiro; -----
- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes;-----
- Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----
- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----
- José Maria do Vadre Castelino e Alvim. -----
- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----
- António Ribeiro Gameiro;-----

-----Filipe de Jesus Janeiro;-----

-----Jorge Manuel Reis Heleno.-----

-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e quinze minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara:-----

-----David Pereira Catarino.-----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

-----Humberto Lopes da Piedade;-----

-----João Manuel Moura Rodrigues;-----

-----Vítor Manuel de Jesus Frazão.-----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores:-----

-----José de Oliveira Fernandes;-----

-----José Manuel Pereira Alho;-----

-----Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição.-----

----- O Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, senhor **José Ferreira Vieira**, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se representar pelo Secretário da citada Junta de Freguesia, senhor **Carlos Manuel da Costa**, casado, de cinquenta e quatro (54) anos de idade, técnico oficial de contas, residente na freguesia de Nossa Senhora da Piedade, concelho de Ourém, portador do Bilhete de Identidade número cinco milhões seiscentos e seis mil trezentos e trinta e seis (5606336), emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em treze de Setembro do ano de dois mil e

quatro (13/09/2004) e possuidor do número de Contribuinte cento e dez milhões duzentos e vinte e oito mil quatrocentos e cinquenta e seis (110228456). -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----**

**01.01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO CINCO BARRA DOIS MIL E SEIS, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A CATORZE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS. -----**

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** apresentou a seguinte correcção: na página quarenta e três, terceira linha, onde se lê «...sete abstenções.» deve-se acrescentar «...sete abstenções **do Partido Socialista...**»; -----

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA** apresentou a seguinte correcção: na página dezoito, segunda linha, onde se lê «...nesta âmbito...» deve-se ler «...**nesto** âmbito ...»; -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** sublinhou que a acta deve referir que se ausentou no final do ponto **01.03 – Actividade Municipal – apreciação de uma Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal;** -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA** apresentou a seguinte correcção: na página dezasseis, vigésima linha, onde se lê «...deve ser evitado...» deve-se ler «...deve ser **bem explicado...**»; -

= **MANUEL LOURENÇO DIAS** referiu que, na página dezoito e na página vinte e cinco, aquando das suas intervenções, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, deve constar o seguinte: -----

Página dezoito: “manifestou reconhecimento pelo trabalho e esforço de todos quantos se disponibilizaram a colaborar nas tarefas decorrentes do mau tempo que fustigou o concelho com especial destaque para os funcionários da Câmara Municipal de Ourém, que no sábado mais crítico e depois de terem trabalhado até às 17 horas para as juntas de freguesia, não olharam a esforços e prolongaram o seu trabalho até altas horas da madrugada do domingo seguinte.” -----

Página vinte e cinco: “chamou a atenção para o desenvolvimento do norte do concelho. Lembrou que nas campanhas eleitorais, muitas promessas são feitas, mas em seguida continua a «travessia pelo deserto». Para esta zona norte é muito importante que o IC9 avance o mais rapidamente possível, que se esclareça de uma vez por todas a «paternidade» da EN356 que continua abandonada, que a zona industrial da Freixianda que serve também as freguesias vizinhas, e o projecto turístico do Agroal venham a ser uma realidade, e que o saneamento básico, que já existe em quase toda a extensão da freguesia de Freixianda, Formigais, e em alguns lugares da freguesia de Rio de Couros, seja implementado, nos lugares onde ainda não existe.” -----

= **ELIAS DIAS DA SILVA** referiu que, na página vinte e dois, aquando da sua intervenção enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Alburitel, deve constar o seguinte: **dado os custos elevados inerentes à edificação do muro derrubado pelas intempéries, apelou à Câmara Municipal que considerasse estas despesas nas obras a executar na freguesia. -**

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com seis abstenções, dada a ausência na referida sessão. -----**

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal antes de dar conhecimento da correspondência, salientou o seguinte: -----

-----Felicitou o Dr. José Manuel Pereira Alho pela tomada de posse do cargo de Presidente do Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros; -----

-----Agradeceu ao Dr. Vítor Manuel de Jesus o empenho e dedicação demonstrado enquanto assumiu funções de Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ourém. -----

-----Seguidamente, deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: -----

-----Circular da Associação Nacional de Municípios, número cento e sessenta e oito, datada de vinte e oito de Novembro do ano transacto, remetendo informação relativamente às Finanças Locais em 2007; -----

-----Fax da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datado de oito de Janeiro do ano em curso, remetendo informação acerca da publicação do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local. Alteração ao Estatuto dos Eleitos Locais. Incompatibilidades; -----

-----Ofício da Câmara Municipal, número quatrocentos e setenta e três, datado de oito de Janeiro do ano em curso, remetendo um exemplar da publicação Espiritualidade, Turismo e Território – Estudo Geográfico de Fátima; -----

-----Circular da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ourém, número um, datada de nove de Janeiro do corrente ano, dando conhecimento do término de funções do respectivo Presidente; -----

-----Circular da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Ourém, número dois, datada de nove de Janeiro do corrente ano, remetendo extracto da acta da reunião da Comissão Alargada de 05 de Dezembro de 2006; -----

-----Ofício da Câmara Municipal de Torres Novas, número dezasseis, datado de doze de Janeiro do ano em curso, devolvendo documentos que este Órgão havia remetido relativamente à convenção autárquica do Partido Socialista; -----

-----Ofício da Assembleia Municipal de Torres Novas, número três, datado de dez de Janeiro do ano em curso, acusando a recepção de que este Órgão lhe remeteu relativamente à convenção autárquica do Partido Socialista; -----

-----Circular da Associação Nacional de Municípios, número nove, datada de dezassete de Janeiro do corrente ano, remetendo informação relativamente à transferência de competências. Metodologia a adoptar. Calendarização; -----

-----Comunicação do senhor Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco, datada de vinte e três de Janeiro do ano em curso, informando de que devido à entrada em vigor da lei n.º53-F/2006, de 29 de Dezembro, apresenta a sua renúncia de mandato de membro da Assembleia Municipal; -----

-----Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, datado de vinte e dois de Janeiro do corrente ano, remetendo cópia do Requerimento sobre parcerias público-privadas para intervenção do Património; -----

-----Email da Região de Turismo Leiria-Fátima, datado de cinco de Fevereiro do corrente ano, remetendo a acta n.º16 da Comissão Executiva; -----

-----Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, datado do mês em curso, remetendo cópia do Requerimento sobre a poluição ambiental e atentados à saúde pública verificados no rio Alviela; -----

-----Circular da Associação Nacional de Municípios, número vinte e três, datada do dia um do mês em curso, remetendo informação relativamente ao Quadro de Referência Estratégico Nacional; -----

-----Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, datado do corrente mês, remetendo cópia do Requerimento sobre a redução das ajudas directas aos agricultores no distrito de Santarém; -----

-----Ofício da SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Cova da Iria EM, datado de dezasseis do corrente mês, prestando informações acerca da reunião do respectivo Conselho Geral; -----

-----Circular da Associação Nacional de Municípios, número vinte e cinco, datada de vinte e dois do corrente mês, remetendo informação acerca da Conferência Temática «cidades criativas», a realizar no próximo mês de Março; -----

-----Carta do membro da Assembleia Municipal, senhor José Maria do Vadre Castelino e Alvim, datada de vinte e três do mês em curso, informando de que não poderá comparecer nesta sessão dado encontrar-se fora do país; -----

-----Ofícios da AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, datados de dezasseis e vinte e um do corrente mês, remetendo, respectivamente, cópia da Resolução «aplicação da taxa de gestão de resíduos» e da Moção «recolha selectiva, reciclagem e valorização»; -----

-----Circular da Associação Nacional de Municípios, número vinte e sete, datada de vinte e três do corrente mês, remetendo informação acerca da Conferência «Mobilidade dos Municípios: organização e financiamento do transporte público», a realizar no próximo mês de Abril; -----

-----Email da Comissão da 3ª Festa do Vinho Novo de Ourém, datada de vinte e seis do mês em curso, dando conhecimento da programação inerente ao evento e solicitando a sua divulgação junto deste Órgão. -----

-----**A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

-----Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que estavam presentes os senhores: Presidente da Região de Turismo Leiria-Fátima, Dr. Miguel Sousinha; o Superintendente do Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública, Levi Correia; a Comandante da Esquadra da Polícia de Segurança Pública de Ourém, Subcomissária Marta Miguel e o Coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém, Dr. Fernando Afoito, os quais foram convidados a prestar alguns esclarecimentos relativamente a três assuntos que presentemente inquietam a população do concelho, ou seja: Fátima e o Turismo; encerramento da Esquadra da Polícia de Segurança

Pública de Ourém (PSP) e o encerramento do Serviço de Atendimento Permanente de Ourém (SAP). -----

Face ao exposto e atendendo a que esta sessão será um pouco demorada, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs que se passasse de imediato às intervenções proferidas pelos citados convidados, tendo a proposta merecido consentimento unânime, por parte do plenário. -----

De imediato, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

----- **Presidente da Região de Turismo Leiria-Fátima**, Dr. Miguel Sousinha expôs o seguinte: “Exma Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

Senhores Deputados das várias forças políticas -----

Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do Executivo -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para estar aqui convosco e poder esclarecer algumas dúvidas que resultaram ao longo do ano. -----

É um dever esclarecer e prestar toda a informação que Vossas Exas necessitem, para melhor analisar o trabalho executado pela Região de Turismo no que concerne a promoção de todo o território que abrange. -----

Gostaria antes de mais, de fazer um enquadramento genérico da política nacional de turismo e dos vários interlocutores desta. -----

Assim, as linhas orientadoras e a estratégia da política nacional são definidas e da responsabilidade da Secretaria de Estado e executadas pelo Turismo de Portugal (ip), as quais as Regiões de Turismo são obrigadas a seguir. Encontrando-se em fusão os vários organismos que tutelam o turismo, desde a DGT, INFTUR, ITP e IGJ que irá resultar o Turismo de Portugal (ip) -----

Na área da promoção foram definidas as intervenções dos vários organismos e os mercados de intervenção prioritária e de desenvolvimento. -----

Naquilo que é a Lei Quadro que rege os organismos regionais, Regiões de Turismo, estas têm como incumbência a promoção no mercado interno e devem colaborar com os órgãos centrais na promoção externa. -----

Em 2003 foi contratualizada pelo ITP, órgão responsável pela promoção externa, esta promoção com as Agências Regionais de Promoção Turística. Estas agencias são constituídas ao nível das NUT II numa parceria pública / privada em que o ITP na altura financiava em cerca de 65% do plano apresentado até ao montante disponível e o restante era assegurado pelos Órgãos Regionais e Locais de Turismo e os agentes do sector privado. -----

Sendo que a promoção da marca Portugal ficaria a cargo do ITP e a promoção regional ao nível das ARPT. -----

Enquanto no passado as Regiões de Turismo por autorização do ICEP podiam participar em qualquer feira ou realizar qualquer acção e friso desde que devidamente autorizado pelo ICEP, a partir de 2003 foi vedado o acesso aos mercados externos de forma individualizada. -----

Sendo a Região de Turismo um acérrimo contestatário ao modelo apresentado, pois ele evidenciava erros de forma grosseiros que colocavam em causa algumas marcas e a promoção dos pequenos e médios empresários. -----

Fátima, foi declarada marca internacional e em 2006 dotada dentro da Agência Regional de Promoção Turística de um plano de acção específica produto, com mercados definidos e intervenção só nestes mercados. -----

Para o executivo da Região de Turismo, Fátima é uma marca única e singular e a principal marca turística e deve ser a alavanca do turismo desta região. -----

Como tal, definimos uma estratégia em 2006 que passou por alicerçar as comunicações e segmentar os principais mercados no destino Fátima, obviamente não descurando os restantes recursos turísticos mas fazendo um maior ênfase naquilo que nos distingue e nos diferencia. ---

Fátima é encarada por nós como a principal referencia turística complementada com um conjunto diversificado de recursos turístico que fazem desta Região um dos mais diversificados destinos turísticos portugueses. -----

Assim a actividade promocional em 2006 foi sustentada por dois Planos de Acção Especifica de produto, um de turismo religioso e outro de touring. -----

O de Turismo Religioso foi alicerçado no destino Fátima, participámos em um conjunto de feiras nos principais mercados emissores para este destino, workshops, fizemos parcerias com operadores especializados e convidámos jornalistas e profissionais de turismo para visitar Fátima e a Região. -----

No PAE Touring os mercados de intervenção foram os mercados de proximidade, Espanha e França, numa participação em Feiras Regionais e publicidade além do apoio a press e fam trips. -----

Estes dois planos complementam-se, a estratégia é a promoção interligada, dando a conhecer e a motivar a visita a Fátima não esquecendo de visitar as maravilhas naturais e patrimoniais existentes na região. -----

Penso e não tenho dúvidas em afirmar, que pela primeira vez existiu um plano específico que tratou diferenciadamente do destino Fátima, é uma estratégia que pensamos ser a mais acertada no contexto turístico actual, pois é pela diferenciação que devemos apostar. -----

Em 2007, não foi autorizado a continuação do PAE devido ao Turismo Religioso não constar no PENT, como é do vosso conhecimento a Região de Turismo foi uma forte contestaria desta decisão a qual não obtivemos reconhecimento por parte da tutela. -----

Só nos sendo autorizado a intervenção num plano em conjunto com as outras Regiões de Turismo da área promocional de Lisboa no produto Touring em que a comunicação será feita incluindo Fátima e toda a Região. -----

Não vos pretendo maçar, o importante é vos esclarecer sobre algumas dúvidas, como tal, caso esta Assembleia assim o entenda ficarei a Vossa disposição para qualquer questão que queiram ver esclarecida. -----

Reorganização das Regiões de Turismo, no essencial o que vos tenho a comunicar é que estamos a fazer um esforço bastante grande, no sentido de defendermos a identidade turística desta região e nomeadamente do destino Fátima, este esforço é conjunto com as autarquias e

pensamos que irá prevalecer o critério técnico e não político na definição das novas regiões de turismo.” -----

----- Finda a exposição, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **RUI PEDRO MARTO PEREIRA** pretendeu saber que futuro terá «Fátima» enquanto local turístico, uma vez que não foi contemplada no PENT. -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** questionou acerca da denominação da futura Região de Turismo, se contemplaria o nome de «Fátima». -----

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS** manifestou-se apreensivo face ao futuro de um local turístico que em dois mil e quatro foi considerado marca internacional e que presentemente nem figura no plano estratégico de turismo. -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** atentou no facto de que Ourém não se resume somente à cidade de Fátima, urgindo a valorização geral do concelho não apenas pelo turismo de cariz religioso que oferece mas porque possui outras virtualidades turísticas, como por exemplo as pegadas dos dinossáurios, o castelo, a gastronomia, etc. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Região de Turismo Leiria-Fátima prestou os devidos esclarecimentos, sublinhando a importância e urgência em pugnar para que o nome de «Fátima» não desapareça no contexto turístico quer nacional, quer internacional. -----

----- De seguida, tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara agradeceu a presença do convidado e sublinhou a necessidade de diligenciar para que a Administração Central atente nas constantes solicitações do município no âmbito da estratégia nacional de turismo, já definida. -----

----- Findo o debate, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença do Dr. Rui Sousinha e bem assim a forma esclarecedora como abordou o assunto e reiterou a ideia de que urge diligenciar para que a designação «Fátima» não se esbata no universo turístico e, se possível, que o nome de «Ourém» venha a emergir neste contexto. -----

----- **Superintendente do Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Santarém**, Levi Correia referiu que a questão relativa ao encerramento de algumas esquadras

da Polícia de Segurança Pública (PSP) despontou há cerca de ano e meio, criando alguma instabilidade dadas as incertezas a ela adjacentes. -----

Conforme afirmou, hoje mesmo, a questão é alvo de análise na Assembleia da República, amanhã haverá reunião de Conselho de Ministros e apenas sexta-feira serão divulgadas as conclusões, permanecendo, até lá, as incertezas quanto ao encerramento ou não da citada força de segurança. -----

Referiu ainda que, independentemente dos postos e esquadras que poderão vir a fechar as portas, a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras continuarão a existir, enquanto que a Guarda Fiscal e a Brigada de Trânsito integrar-se-ão na Guarda Nacional Republicana. -----

Sublinhou ainda que o Comando de Santarém da Polícia de Segurança Pública reavaliou as sub-unidades que se encontram na eminência de encerrar e, no caso de Ourém, propôs o alargamento da sua área de responsabilidade, abrangendo zonas de características urbanas ou de crescimento rápido, exemplificando com o centro histórico e bem assim a zona dos Valinhos de Fátima. Conforme afirmou, são duas áreas de grande afluência turística e conseqüentemente com muita população circulante. Desta forma, tenta-se pôr fim às freguesias partilhadas, sendo que as que assumem cariz urbano ligar-se-ão à Polícia de Segurança Pública e as de cariz rural à Guarda Nacional Republicana. -----

Antes de terminar, frisou mais uma vez que estão em curso as diligências necessárias para que a segurança da cidade de Ourém permaneça sob a alçada da Polícia de Segurança Pública. ---

----- Seguidamente, a **Subcomissária da Esquadra de Polícia de Segurança Pública de Ourém**, Marta Miguel sublinhou que a Esquadra de Ourém vem diligenciando para não encerrar, justificando a presença desta força de segurança pelo facto da zona urbana de Ourém estar em crescimento e pela tentativa de passar a ser responsável pela Freguesia de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Misericórdias. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara, agradecendo a presença e bem assim os esclarecimentos prestados, referiu que o Plano Director Municipal, em vigor desde

dois mil e três, definiu as áreas urbanas do concelho que, no seu entender, deveriam ser da responsabilidade da Polícia de Segurança Pública. -----

-----Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a exposição e salientou que o facto de Ourém ser referenciado como sendo um concelho pacífico, isso deve-se ao facto da população saber «ouvir» e bem assim ao trabalho positivo desempenhado pelos agentes de segurança. -----

-----**Coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém**, Dr. Fernando Afoito referiu que o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) de Ourém não será encerrado, será somente alvo de reajustamento nos seus horários a partir do próximo dia dezasseis de Março, passando a funcionar das oito às vinte e duas horas, sendo que a partir das catorze horas funcionará com a presença de dois médicos, ou seja, passar-se-á a ter um serviço de Atendimento Complementar (AC). -----

Conforme afirmou, estas alterações vão ao encontro de uma melhor rentabilização do trabalho dos médicos, principalmente dos enfermeiros que no período diurno assegurarão os atendimentos ambulatoriais nos vários postos de saúde. -----

Salientou ainda o facto do Centro de Saúde de Ourém não estar capacitado para prestar serviços no âmbito da emergência e ou da urgência dado tratar-se de uma mais valia dos hospitais, com serviços médico-cirúrgicos. -----

-----Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os esclarecimentos prestados e expôs o seguinte: “Ao longo dos últimos tempos, temos vindo a assistir à enorme onda de protestos que varreu de Norte a Sul todo o nosso país, em que os Portugueses manifestam o seu descontentamento, perante a ameaça do Governo em encerrar alguns serviços de saúde. -----

Foi visível e louvo por isso, o número significativo de autarcas socialistas a encabeçar essa contestação, pondo em primeiro lugar a defesa dos interesses dos seus concelhos. -----

Talvez por isso, embora muito tardiamente, o senhor Primeiro Ministro, temendo talvez a regressão da popularidade do seu Governo, ordenou, a quem dias antes, manifestara nitidamente não saber dialogar com os autarcas, que mudasse de estratégia e implementasse

o Diálogo. Foi interessante, por exemplo, ver o Senhor Ministro da Saúde na sua visita ao Montijo (um dos locais de maior contestação) dizer que o diálogo resolve muitas situações. Esta atitude de tolerância máxima contrasta de forma demasiado provocatória com a atitude tomada anteriormente por aquele membro do Governo, o qual dias antes, dizia não dialogar com quem protestasse nas ruas. Mas apressou-se a ir até ao Montijo... Nunca é tarde para nos arrependermos. -----

Mas, falemos em concreto do nosso concelho, que é o que nos interessa mais neste momento. Também as nossas «urgências», mais concretamente o SAP estão na iminência de fechar. A ordem está dada. -----

A partir de amanhã, dia 1 de Março, qualquer cidadão ourense que tiver a desdita de se sentir mal de noite, tem de ir, não sei bem para onde. Ficará à escolha de cada um? E se por acaso for para Leiria, será que não é devolvido para Torres Novas ou Abrantes? -----

Enfim, um calvário para quem sofre, mas um simples número estatístico para quem, lá no alto não é significativo uma morte a mais ou a menos. -----

Confesso que não sou adepta de arruadas, sou muito mais sensível a um diálogo estruturado numa realidade palpável em que os dados que se jogam não são virtuais, mas sim bem concretos, bem o testemunho do nosso dia a dia. -----

Assim sendo convidei o Senhor Coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém Dr. Fernando Afoito a estar presente na nossa reunião a fim de ouvir a voz do povo de Ourém, através dos seus representantes neste Órgão Municipal e também ouvirmos da sua parte, as razões que levaram a fechar o SAP em Ourém no período da noite, assim como também se fosse possível ficarmos a saber dos planos que o Governo tem para o nosso concelho a nível de saúde. -----

Gostaríamos de lembrar a grandeza do nosso concelho a nível geográfico e demográfico. Com 18 freguesias espalhadas por uma área de 416,5km<sup>2</sup> e uma população, segundo os últimos Censos de 46.216 habitantes, embora os dados do INE apontem para cerca de 50 000 habitantes no presente, Ourém é hoje o 2º concelho com mais população à excepção da sede do distrito. Assim sendo, como é possível que um concelho com um crescimento demográfico

crescente, ao contrário de outros nossos vizinhos, lhe seja ordenado o fecho, durante a noite, do único recurso a nível de saúde? -----

Será que desconhecem o estado das acessibilidades de Ourém aos hospitais que nos rodeiam? -----

Terão por acaso reparado nas distâncias que medeiam Ourém e Abrantes, Tomar ou Torres Novas? Porque quando eu falo de Ourém, refiro-me a todo o concelho. Dou um exemplo. Imaginemos a tortura de um ourensense que venha de S. Jorge, na freguesia de Freixianda ou por exemplo da Lagoa da Pedra na freguesia de Matas. Qualquer um deles terá entre 90 a 100 km se tiver de ir para Abrantes. Tudo isto agravado pela dispersão das especialidades do Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

Como a maioria de nós sabe, neste momento ainda não se sabe bem onde estão localizadas as várias valências; pediatria por exemplo, ainda está em Torres Novas ou já está em Abrantes como se preconiza? -----

Já pensaram bem, o que acontecerá a qualquer um de nós, quando às três ou quatro da manhã tivermos de socorrer uma criança, sem sabermos ou certo para onde ir? Será simplesmente desesperante senão diabólico. -----

Gostaria também, mais uma vez relembrar que Ourém tem um dos maiores pólos turísticos de Portugal. Pelo nosso concelho passam anualmente 4,5 milhões de pessoas. Não tenho dados de 2006 mas registaram-se em 2005, 393.045 dormidas, dado muito superior aos 200 000 exigidos para manter uma urgência aberta. Também não poderemos branquear de forma alguma, a população emigrante que não só vem em peso no Verão como também noutras épocas como o Natal e na Páscoa por exemplo. -----

Senhor Coordenador, correndo o risco de ser algo maçadora, ficaria mal no entanto com a minha consciência se pelo respeito que tenho pelas gentes do meu concelho, não lhe transmitisse algumas das inúmeras dificuldades que todos nós sentimos diariamente e que seriam agravadas drasticamente se o SAP fechasse de noite. -----

A finalizar gostaria de realçar o papel que a Senhora Directora do Centro de Saúde de Ourém tem vindo a desempenhar nos últimos tempos. Só com muita dedicação e profissionalismo se

pode fazer frente às inúmeras dificuldades que diariamente lhe são postas. Por exemplo, neste momento só existem dois médicos com menos de 50 anos com os quais ela pode contar para fazer os horários da noite. -----

Para resolver todas estas nossas dúvidas e inquietações, apelo à boa vontade e ao bom senso dos Serviços Centrais e Locais da Saúde para que num diálogo concertado com a Autarquia, a quem aproveito o momento para agradecer todo o empenhamento que tem demonstrado par resolver este problema tão delicado e tão caro para todos nós, saibam, atendendo às necessidades dos ourenses encontrar as soluções mais adequadas ao bem estar das nossas populações. -----

Não podemos continuar a tomar decisões baseadas numa política economicista unicamente fundamentada em relatórios técnicos e médias aritméticas, sem descer ao terreno e ouvir as partes intervenientes. -----

Em meu nome pessoal e de toda a Assembleia agradeço a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> toda a simpatia e disponibilidade com que acolheu o meu convite para aqui estar presente. Acredito que tudo fará para que Ourém tenha acesso ao serviço de saúde a que tem direito. -----

Só assim o Homem será feliz. -----

Contamos com a sua coloração. Pode contar connosco.” -----

-----Face ao exposto, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias e corroborando a intervenção atrás transcrita, salientou o direito da população em manifestar o seu descontentamento face a esta tomada de decisão. -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES** foi da opinião de que o horário das vinte e duas horas para o encerramento dos serviços não é real uma vez que há utentes que não chegam a ser atendidos dada a escassez de tempo. -----

= **ANA MARIA PIO DA COSTA ABREU DE SOUSA E SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Gondemaria e médica no Centro de Saúde de Ourém, no seu entender não se diligenciou o suficiente a fim de se evitar o encerramento nocturno do Serviço de

Atendimento Permanente. Em reunião com os médicos, o Senhor Coordenador terá apontado as vinte e quatro horas porém, não se verificando qualquer manifestação, decidiu-se encerrar às vinte e duas horas. -----

Manifestou-se ainda contra a forma como irá funcionar o Serviço de Atendimento Permanente na forma de Atendimento Complementar porque, no período da manhã, estará ao serviço somente um médico que terá de dar resposta aos utentes vindos dos vários postos onde não há médico por diversas razões e no período da tarde não se pode considerar dois médicos já que há apenas quatro médicos destinados a este tipo de atendimento que diariamente são acompanhados por um médico contratado que chega sempre atrasado e há quem não queira se atendido por ele. -----

Concluiu sublinhando que, em vinte e sete anos de serviço como médica, nunca se deparou com uma situação destas mas, conforme afirmou, pugnará sempre para que a sua função vá ao encontro das expectativas dos utentes do concelho. -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** questionou acerca da viabilidade de se deslocarem as urgências e as emergências para o hospital de Leiria tendo em atenção a capacidade desta unidade hospitalar para proceder ao seu atendimento. -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** referiu que esta questão já se adivinhava há alguns anos e questionou acerca da possibilidade de se contratualizar os serviços nocturnos a uma unidade hospital privada. -----

= **MANUEL RODRIGUES ANTUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Matas, referiu que a população da freguesia normalmente recorre aos serviços do hospital de Leiria por uma questão de proximidade mas, embora sejam sempre atendidas, por vezes deparam-se com a incerteza do seu destino aquando da necessidade de outros cuidados nomeadamente de internamento. Será que ficam em Leiria, Tomar, Torres Novas ou Abrantes? -----Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara lamentou o facto da autarquia e da população ourensense não terem tido a oportunidade de manifestar a sua opinião. Sublinhou ainda que ninguém ficará indiferente face ao encerramento do Serviço de Atendimento Permanente no período nocturno. -----

-----Findas as intervenções, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

-----Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores Rui Pedro Marto Pereira; João Carlos Gameiro Rodrigues -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.**-----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

**Informação:** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Saudamos V. Exas., no início de mais esta sessão do órgão deliberativo municipal, em nome pessoal e de todo o executivo. -----

Nos termos da lei, passamos a informar V. Exas. do que de mais relevante se passou na actividade municipal desde a sessão de 14 de Dezembro de 2006. -----

**1. EDUCAÇÃO** -----

Estão já em curso as quatro obras anunciadas que contemplam também equipamentos educativos, mais precisamente em Atouguia, Cercal, Gondemaria e Urqueira. -----

Está em curso a preparação da Carta Educativa do concelho de Ourém. -----

No passado dia 21 de Fevereiro, o Conselho Municipal de Educação deu parecer favorável à proposta, apesar de estarmos ainda neste momento com algumas indefinições por parte do Ministério da Educação no que diz respeito à organização dos territórios educativos. -----

Por este motivo, vamos solicitar que a sessão da Assembleia Municipal seja suspensa, de forma que este ponto da ordem de trabalhos possa ser apreciado em reunião próxima, já com a posição da Direcção Regional de Educação e Lisboa definida. -----

Está já concluída a ampliação do edifício escolar de Mata, na freguesia de Urqueira, obra efectuada mediante protocolo celebrado com a Junta de Freguesia. -----

## 2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

Com a preocupação de adequar o Cine-teatro municipal à nova realidade e também às novas exigências legais, a Câmara deliberou recentemente elaborar o projecto para tal reabilitação. ---

## 3. ACÇÃO SOCIAL -----

A Câmara Municipal tem apoiado as Instituições Particulares de Solidariedade Social na preparação de candidaturas ao Programa PARES. -----

Podemos informar que, na primeira fase de candidaturas foram aprovadas três do concelho de Ourém, aquelas que previam a valência de creche, em Bairro, Cercal e Freixianda. -----

## 4. SAÚDE -----

Em reunião há algum tempo ocorrida com o Sr. Presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, Dr. António Branco e com o Sr. Coordenador Distrital, Dr. Afoito, abordámos a problemática do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) de Ourém. -----

Foi-nos dito que nada seria alterado sem o nosso conhecimento. -----

Posteriormente, mais precisamente em Novembro, a Câmara Municipal tomou posição sobre o documento respeitante à proposta de Rede de Serviços de Urgência e fomos informados em 13 de Novembro pelo gabinete do Sr. Ministro de que o nosso contributo havia sido remetido para a comissão respectiva. -----

Qual não foi o nosso espanto quando, em data recente, por via indirecta e não por parte de quem nos deveria ter informado, tivemos conhecimento de que, nesse mesmo dia, iria acontecer uma reunião no Centro de Saúde para tratar o encerramento do SAP. -----

O que se veio a saber a seguir, através da imprensa, veio a confirmar que seria esse o objectivo. -----

Através de contacto telefónico recente com o Sr. Presidente da ARS, fomos informados de que esse encerramento não iria acontecer. -----

Demos conta da nossa preocupação com esta problemática pois a população do concelho e as acessibilidades existentes exigem que este serviço continue e existir. -----

Percebemos a dificuldade de recursos humanos para manter este serviço, mas julgamos que pode haver formas de ultrapassar essas dificuldades. -----

#### 5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Através do Serviço de Obras por Administração Directa, a Câmara Municipal tem estado a intervir na área urbana de Ourém, concretamente reabilitando as ruas e passeios em alguns loteamentos e agora, mais recentemente, na beneficiação da entrada poente da cidade, com a substituição da Ponte da Ferraria e colocação de passeios. -----

A curto prazo, passaremos a intervir nas freguesias de Nossa Senhora das Misericórdias e Fátima. -----

Todos estes trabalhos estão a ser programados com as prioridades estabelecidas para a construção de redes de saneamento. -----

#### 6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

Estão a decorrer ou prestes a iniciar-se diversas obras de saneamento na cidade de Fátima. ---

Como se sabe e temo-lo afirmado diversas vezes, as obras de infra-estruturas (construção ou remodelação) têm que ser prévias a qualquer acção de reabilitação urbana. -----

Sendo a reabilitação urbana de Fátima uma prioridade para os próximos anos, é fundamental a realização destes trabalhos. -----

A respeito de saneamento básico, a Câmara Municipal terá que tomar uma opção, nos próximos dias, sobre a sua integração num sistema multi-municipal ou o alargamento da concessão existente de forma que a mesma contemple todo o ciclo da água. -----

É uma opção que teremos que ponderar de forma adequada pois a mesma terá grandes reflexos no futuro. -----

Recomendamos a leitura do PEAASAR 2007-2013, publicado no Diário da República em 14 de Fevereiro de 2007 (Despacho nº. 2339/2207, do Sr. Ministro da Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional). -----

No que diz respeito aos resíduos sólidos, como se sabe, integramos o sistema multi-municipal VALORLIS. -----

Existem orientações para o futuro no âmbito do PERSU, com opções que têm fortes reflexos ao nível do tarifário nas quais os municípios têm dificuldade em intervir, por sermos minoritários em relação ao grupo Águas de Portugal que detém cinquenta e um por cento do capital. -----

#### 7. PROTECÇÃO CIVIL -----

Para além das acções habituais respeitantes a esta matéria, temos procedido a acções de sensibilização e também a acções sancionatórias respeitantes à limpeza da floresta, a acidentes domésticos e à protecção de poços. -----

#### 8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

O Plano de Investimentos na beneficiação dos sistemas de abastecimento de água está a desenvolver-se com melhor ritmo, com diversas obras já adjudicadas e alguns concursos a decorrer. -----

Damos conta a V.Exas. de que a candidatura que apresentámos ao Programa PIQTUR para recuperação da Casa do Administrador foi aprovada. -----

Depois de diversas negociações com a Associação Industrial Portuguesa, deverá ser celebrado protocolo, durante o mês de Março, com aquela associação, visando uma parceria pública-privada para o Centro de Congressos de Fátima. -----

Tendo sido colocado nesta assembleia o problema respeitante aos proprietários dos terrenos necessários ao futuro Parque de Negócios de Fátima, cumpre-nos informar que, no passado dia 23 de Fevereiro, efectuámos no salão de Boleiros uma apresentação do projecto que, no nosso entender correu muito bem e permitiu ultrapassar algum desconhecimento que existia sobre a matéria. -----

#### 9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

Conforme já referimos, estamos a preparar algumas intervenções na rede viária das freguesias de Nossa Senhora das Misericórdias, em colaboração com as Juntas de Freguesia que vão disponibilizar os materiais a aplicar nas obras que vamos executar por administração directa. --- Entretanto, sempre coordenando as intervenções com o plano de trabalhos em redes de saneamento básico, estamos a organizar os processos para delegação nas Juntas de Freguesia de competências em matéria de beneficiação viária vicinal. -----

Não sendo ao ritmo que desejaríamos pois temos que executar os projectos, estamos a recuperar as pontes destruídas pelas cheias deste Inverno. -----

No passado dia 15 de Fevereiro reunimos com o Sr. Presidente do Instituto do Ambiente para expressarmos a nossa preocupação com as dificuldades existentes ao nível dos nós do IC9 que foram reprovados na fase de avaliação do impacto ambiental. -----

Vai haver nova reunião, no próximo dia 5 de Março, agora com a presença de representante da EP - Estradas de Portugal, EPE, sobre o mesmo assunto e, em 19 de Março, com os Srs. Presidentes das Câmaras Municipais de Batalha, Porto de Mós e Tomar, reuniremos com o Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e Comunicações. -----

#### 10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

No passado dia 3 de Janeiro, fomos recebidos pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente a quem expusemos o nosso entendimento sobre a necessidade de intervenção no Monumento Natural Pegadas dos Dinossáurios, nomeadamente para a preservação dos trilhos que estão sujeitos a forte erosão e para a sua dinamização turística. -----

Vamos, na sequência dessa reunião, procurar elaborar uma proposta de intervenção, em colaboração com o Sr. Director do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, Dr. José Alho, nosso colega de executivo a quem, mais uma vez, saudamos e desejamos sucesso na sua nova função. -----

No âmbito do protocolo celebrado com a Federação dos Produtores Florestais, foram entregues às associações de caçadores em 15 de Dezembro de 2006 os Planos de Ordenamento Cinegético para as respectivas áreas. -----

#### 11. JUNTAS DE FREGUESIA -----

Deu-se já início à construção do edifício multiusos que servirá de sede à Junta de Freguesia de Cercal. -----

Estão em preparação os projectos de edifícios multiusos para Caxarias e Vilar dos Prazeres. ---  
Fomos recebidos no passado dia 21 de Fevereiro pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local, tendo sido acordado que iríamos propor ao governo uma Loja do Cidadão para o concelho, sendo que a nossa proposta à Câmara vai ser que se localize esse equipamento em Fátima. -----

## 12. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

Como é do conhecimento de V. Exas, o novo estaleiro municipal foi inaugurado em 15 de Dezembro de 2006, sendo uma obra de bom nível que veio melhorar as condições de trabalho de todo o sector de trabalhos por administração directa e serviços de apoio. -----

Cumpre-nos ainda informar V. Exas. de que estamos a preparar o Plano de Acção para o período 2007-2013 com a Comunidade Urbana do Médio Tejo, tendo em vista a obtenção de apoios do QREN para investimentos municipais naquele período. -----

Senhora Presidente, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

Esta é a informação que achamos mais relevante, ficando à disposição de V. Exas. para os esclarecimentos que queiram solicitar-nos." -----

----- O Senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos, conforme

### **ANEXO A:** -----

----- Situação económica e financeira da autarquia em 31 de Janeiro de 2006; -----

----- Relação de processos judiciais. -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** sugeriu que a Comissão da Assembleia Municipal de Educação, Saúde, Cultura e Desporto se pronunciasse relativamente ao processo da Carta Educativa do Concelho. -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** solicitou alguns esclarecimentos relativamente ao processo de recuperação da Casa do Administrador. -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** questionou novamente acerca dos custos inerentes ao transporte executado na cidade de Ourém, ou seja o GIRO. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara prestou os respectivos esclarecimentos. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

#### **01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.** -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou o seguinte documento: “Ex.ma Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Srs Vereadores -----

Respeitados colegas membros da Assembleia Municipal -----

Convidados Dr. Miguel Sousinha, Sr. Super-Intendente Levi Correia, Sr.ª Sub-Comissária e Dr. Fernando Afoito -----

Público aqui presente -----

Comunicação Social -----

«... a maior parte dos filmes portugueses são muito maus, porque não comunicam com ninguém a não ser com o umbigo de quem os faz...» José Fonseca e Costa, a 25.01.2007 -----

Já muito foi dito sobre o encerramento de entidades públicas aqui no concelho de Ourém, nomeadamente SAP e Esquadra(s) da PSP. -----

Em tempo de rescaldo de Óscares, dir-se-ia que este era mais um mau filme português, sem direito a qualquer estatueta por parte dos seus realizadores, tão entretidos que andam com medidas de poupança que apenas têm conduzido à desertificação entre as populações e o Estado. -----

Este, cada vez mais longe e distante daquilo que são as reais necessidades daqueles que estão fora dos círculos privilegiados de Lisboa. Pena é que estes critérios de poupança não atinjam os projectos TGV Lisboa-Porto e Ota. -----

Para o SAP temos como género artístico o suspense, o fecha-não fecha, confesso, tem dado um certo ânimo à coisa, ora se dá como certo o encerramento, ora ainda resta um balãozinho de oxigénio que permite a sua manutenção. Vimos aqui hoje que não. -----

Esperávamos que se mantivesse em funcionamento. Afinal chamam-lhe «reorganização»... mas fecha às 10h da noite! -----

O PSD considera uma vergonha inadmissível o encerramento das urgências ou seja o SAP de Ourém após as 22h, atendendo à população que serve: quase 50 mil habitantes (o 2º centro com mais população seguido da sede de distrito), o afluxo de peregrinos e turistas a Fátima, as escassas acessibilidades que ainda temos em parte do concelho, população flutuante de emigrantes no Verão. -----

Todas estas variáveis traduzem uma realidade que não deve ser esquecida, e que deve ser equacionada no planeamento dos serviços de urgência, pelo que consideramos também uma necessidade o reforço dos serviços com mais profissionais médicos, tanto em Ourém como em Fátima. -----

Mais um caso sem final feliz... só mesmo nos filmes. -----

Também quanto às forças de segurança, ninguém parece saber muito bem o que se vai passar. -----

O que é certo, é que tentar definir o fecho dos postos da PSP em Ourém e Fátima, chega a ser um filme de comédia... mas das trágicas! -----

Senão vejamos: -----

Qual é a área de actuação da PSP de Fátima? Em termos rápidos e sucintos, pode-se dizer que actua entre rotundas e junto ao recinto do Santuário. Tudo o que fica de fora sobra para a GNR. (sobre esta já lá vamos) -----

E em Ourém? Dentro do pequeno coração urbano da cidade. Todo o resto do concelho, a cargo da GNR... -----

Como actuam? Por chamamento ou, mais recentemente, na caça à multa de estacionamento, e estou a falar do caso concreto da PSP de Fátima, motivado pelas declarações recentes do Sr. Presidente da Câmara. -----

Aliás, os agentes de autoridade desculpabilizam o seu trabalho, que deveria ser de zelo e na actuação das competências que lhe estão atribuídas por Lei, com as palavras do Sr. Presidente da Câmara. («não querem multas de estacionamento? Então falem com o Presidente da Câmara!?» - são estas as palavras que se podem ouvir a alguns agentes que decidem autuar)

O que se pretende para Fátima é deixar de ver todos os dias e abertamente o negócio paralelo de venda ambulante em carrinhas de pão, broa e afins, que o estacionamento não seja caótico nos dias normais quanto mais em dias de afluxo de peregrinos, que a cidade seja um sítio seguro para se poder caminhar à noite, que a presença de um agente de autoridade seja uma constante e seja visível no resto da cidade, não só junto ao recinto do Santuário. -----

Par o comum dos cidadãos, ninguém quer saber se é competência da GNR ou da PSP. O cidadão quer segurança com agentes de autoridade. -----

O cidadão comum quer uma presença rápida e eficaz quando chama a força policial, seja ela PSP ou GNR. -----

Porque a segurança não é uma coutada só para alguns, para os que estão mais próximos: é para todos! -----

Permitam-me o exemplo de um caso pessoal. Na passada semana o meu marido teve um acidente rodoviário na estrada da Lourinha do Pinheiro, junto a Ourém... não é muito longe... Sabem quanto tempo estive à espera da intervenção da GNR? 1 hora... -----

O reboque chegou primeiro e teve que esperar... -----

Os coitados dos agentes que acorreram ao local são peremptórios quando afirmam que vieram depressa... porque estavam noutra ponta do concelho... -----

E se, por exemplo em Fátima (é o caso que melhor conheço) uma casa for assaltada fora da área entre rotundas, sabem quem temos que chamar? A GNR de Ourém, porque a PSP que está ali tão perto não acode àquelas áreas... Não se compreende. -----

Preocupam os meios que ficam, com este possível encerramento. -----

Quantos agentes ficam? Quantos fazem serviço externo e quantos fazem serviço administrativo? Com que meios? Qual a sua eficácia se tiverem que percorrer muitos kms? Se tiverem que acudir a 2 situações de emergência em simultâneo em larga escala? E quem patrulha o quê e onde? O que é da PSP e o que é da GNR? Onde começa uma e acaba outra? Temos sorte que a vida no concelho ainda é pacífica... -----

Não podemos esquecer que, o motor destas instituições, são os seus recursos humanos. A prestação benéfica das polícias são quem lá trabalha, e quanto mais perto estiverem das pessoas, melhor desempenham o seu serviço! -----

Assusta pensar que temos pouco ao nosso dispor e assusta pensar que com menos ainda ficaremos num possível encerramento. -----

Assim, o PSD considera: -----

- Fundamental a manutenção das esquadras da PSP no concelho, com mais polícias na rua, com maior actuação rigorosa naquilo que são as suas atribuições, com ou sem recadinhos do Presidente da Câmara; -----
- Absolutamente fundamental a re-definição das áreas de intervenção de ambas as forças policiais, optimizadas de modo a servirem melhor a população. -----
- O reforço dos meios dos agentes da GNR, para patrulha das freguesias do concelho que não possam ser servidas de PSP; -----
- E que, para ambas as polícias, possam haver tempos de resposta mais curtos aos chamamentos de socorro; -----

- Queremos um final feliz também para este filme, neste caso um policial, não pela manifestação de desagrado, mas pela justa resposta às reais necessidades das populações que estão a servir. -----

Mas, como a tudo o que este Governo já nos habituou neste concelho, prevê-se mais um filme de terror... -----

Ficou aqui hoje à vista de todos, patente a total descoordenação entre chefias em Lisboa e os seus serviços no terreno a nível local/distrital que são os que mais próximos estão da população! -----

Da saúde, à segurança, o desacerto na Educação, à segurança, o desacerto na Educação, o «esquecimento» no turismo (nomeadamente o religioso)! -----

E não nos venham dizer que os critérios não são economicistas! São apenas isso! -----

Esta centralização não serve ninguém! -----

E este Governo nem sequer ouve as Câmaras Municipais! -----

1º limita as finanças locais, depois elabora reformas de fundo naquilo que mais toca às populações, e as Câmaras Municipais nem sequer são ouvidas! -----

Onde está o diálogo? -----

Termino com a citação de António Guterres «*os portugueses não são só números*». -----

Proponho que deste documento seja dado conhecimento ao Sr. Governador Civil de Santarém pelo teor do seu conteúdo.” -----

----- **Submetida a votação do plenário, foi esta proposta aprovada por maioria, com uma abstenção.** -----

= **JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS** apresentou os seguintes documentos: -----

Documento 1: “Subsídios às Colectividades e Associações -----

É do nosso conhecimento que o processo de atribuição de subsídios às colectividades e associações está atrasado. -----

Todos nós sabemos que muitas destas entidades são extremamente dependentes do contributo da Câmara. -----

Neste sentido e porque receamos pelo seu equilíbrio financeiro, vimos solicitar que o Sr. Presidente da Câmara nos informe como é que está a decorrer o referido processo. -----

Todos nós sabemos que os critérios de definição de subsídios são duvidosos, os próprios impressos da candidatura e apresentação do plano de actividades estão no nosso entendimento e de muitas colectividades, demasiadamente centralizado no desporto e principalmente no futebol. -----

Julgamos que deverá haver lugar à redefinição de critérios de atribuição de subsídios e que estes mesmos critérios deveriam ser alvo de discussão em sede própria com as colectividades e associações interessadas. -----

Urge portanto resolver este problema financeiro que está a asfixiar algumas das nossas colectividades. -----

Com certeza que a não concretização destas transferências para as colectividades é só em si um problema de ordem administrativo e não financeiro. Pois, financeiro não será, tendo em conta que a Câmara não se debate com problemas financeiros, pelo menos é a mensagem que consecutivamente nos é transmitida pela própria, a qual se considera um ícone da boa gestão financeira e exemplo a seguir. -----

Não se tratando de um problema financeiro, mas sim apenas um problema na esfera administrativa, julgamos que está na hora de ver resolvido as burocracias que envolvem estes processos e partir para o apoio às nossas colectividades e associações que apenas têm como finalidade apoiar a cultura, o desporto, o recreio e o bem estar das suas populações, funcionando como extensões de bem prestar serviços públicos.” -----

Documento 2: “À Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco -----

Cumpre-me como membro da respectiva comissão alargada e eleito por esta Assembleia Municipal, prestar em sede própria, a minha homenagem às pessoas que formaram a comissão restrita que cessou recentemente funções. -----

Apresento aqui publicamente uma declaração de louvor a esta comissão que tão bem zelou pelos interesses das crianças e jovens carenciados do nosso concelho. -----

Um bem haja à Comissão cessante e votos para que a nova comissão cumpra também honrosamente a difícil missão que tem entre mãos.” -----

Documento 3: “A Sebenta de Apoio ao Empreendedor -----

Como a oposição não serve apenas para dizer mal, na óptica de quem está no poder, cumprimento apresentar os parabéns pela publicação na net da Sebenta de Apoio ao Empreendedor, um projecto do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE) da CMO. -----

Sendo eu uma pessoa com fortes ligações ao sector empresarial, é com apreço que vejo iniciativas destas no meu concelho. -----

Embora reconhecendo que se trata de apenas alguns downloads de sites como do IAPMEI, do Ministério da Economia, do Instituto de Turismo de Portugal, etc., continuo a defender que se trata de uma iniciativa a louvar pois consegue compilar num único documento muita informação dispersa e que bem divulgado poderá ser bastante útil aos empresários e futuros empresários deste concelho. -----

Não querendo tirar mérito ao trabalho, apresento no entanto a minha opinião para melhorias a fomentar no mesmo. A título de exemplo: -----

- Necessidade de maior concentração em análise de programas de apoio mais focalizados ao nosso concelho; -----

- Necessidade de mais informação sobre as instituições sedeadas no nosso concelho ou na nossa região que poderão contribuir para apoiar projectos empresariais: -----

Outros pontos que carecem de melhorias para melhor aproveitamento do trabalho: -----

- Maior divulgação do trabalho junto dos seus potenciais utilizadores; -----

- Maior atractividade da página da Internet da CMO, pois no nosso entender a sua configuração está algo arcaica.” -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** expôs o seguinte: “Ex.ma Senhora Presidente -----

Srs Presidente da Câmara e Vereadores -----

Caros colegas -----

Representantes da comunicação social -----

Público -----

Vou fazer mais uma declaração política, um desabafo. O mundo, talvez por o ver do Zambujal, parece caótico, desesperadamente caótico. Por isso, aqui me vejo cada vez mais confinado, desejoso de abandonar algumas destas batalhas em que ando metido e me remeter a outras batalhas da mesma guerra de que não serei um desertor. -----

É certo de que não pode um homem fechar-se em casa, construir uma Pasárgada à Manuel Bandeira, ignorar o que pelos seus arredores e pelo mundo passa. Mas confesso estar a faltarme a paciência. Pessoalmente de nada preciso, a nada almejo. Porquê então esta roda vida, esta esgrima contra moinhos de vento, este correr do teatro para o desporto, de um espaço cultural sacrificadamente mantido para as páginas de jornais ou blogs? -----

Sempre com escassos apoios quando não ataques incompreensíveis! Porquê? -----

Há quem diga que é por não ter juízo. Ainda... E começo a achar que alguma razão têm. -----

É com muito custo que saio de casa e me disponho ao calvário que é o percurso para chegar a Ourém. Não é o caos à porta mas é logo ali. -----

Como é que a situação nas obras na Corredoura não foram previstas e não foi prevenida esta verdadeira falta de respeito pelos outros? -----

Mas se faço a viagem ao contrário, a caminho da capital onde está a sede do poder político tenho de passar pelo que a rádio chama troço Fátima – Torres Novas parece que sempre em obras. -----

É verdade que as obras são, ou podem ser, as borbulhas demais para a barba a menos? -----

E do tal poder político centralizado vêm, quotidianamente, hora a hora, más notícias. Em nome de novos paradigmas reconfigurações abrem-se frentes em todas as frentes. -----

Não se ouvem as populações mas algumas fazem-se ouvir! Outras amocham, resignam-se esquecendo que quem não chora... que quem não resiste ao que acha injusto, recebe a injustiça que lhe estava destinada mais a dos que resistiram. -----

Em Ourém, a saúde, o turismo, a segurança são para esquecer por quem não tem memória ou a quer sossegadinha. -----

É o momento de cumprimentar a Sra Presidente pelos convites. Há quem esfregue as mãos e, conselheiralmente, aponte soluções. -----

Antigamente dizia-se «está mal, mude-se. Agora diz-se está mal, privatize-se...» que algum lucro há-de dar! -----

Urgência para privatizar urgências (perdão, atendimento permanente), para privatizar a segurança, para que o que é público apenas tenha a razão de ser de apoiar o privado. E que não obedeça a critérios de rentabilidade. -----

Entretanto, continua o Iraque, Timor, o Irão e muitos outros estão na mira de quem tem nas armas e nas guerras o mais frutuoso negócio. Apetece-me mesmo ir para Pasárgada que aqui não se vê futuro. -----

Mas há! E por ele lutarei até ao fim. -----

Enquanto outros se comprazam no caos, na ausência de futuro, nos benefícios de um presente egoísta e remunerador. -----

Desculpem o desabafo mas não se confunda com «testamento político». É cedo!" -----

= **JOSÉ CUSTÓDIO RIBEIRO FARIA** apresentou a seguinte declaração: "A propósito da inauguração do Estaleiro Municipal que ocorreu no passado dia 15 de Dezembro último, julgo ser pertinente tecer alguns comentários. -----

O normal é dar-se valor a obras que sejam procuradas diariamente pelos munícipes, e esquecem-se os sectores que efectuam o trabalho que exige maior esforço físico, e que não estão em contacto directo com estes. -----

É de salientar a diferença abismal entre as oficinas que existiam no actual parque linear e aquelas que agora foram inauguradas. O novo espaço para além de ser, e passo a redundância, efectivamente novo, encontra-se bem estruturado, bem dimensionado e acima de tudo funcional. Destaco ainda o arranjo de todo o espaço envolvente. -----

Poder-se-ia ter adoptado o mesmo modelo do simples pavilhão espaçoso e onde tudo se encontra a monte, mas não, optou-se e muito bem por efectuar um espaço digno e onde com toda a certeza os trabalhadores camarários terão um local de trabalho bem mais agradável. É um espaço que acima de tudo estará ao serviço da população. -----

Desta forma, entendo dar os meus parabéns por esta recente obra não só à Câmara Municipal mas também a todos os trabalhadores que a vão utilizar." -----

= **JOSÉ MARIA HENRIQUES DE SOUSA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Olival, apresentou a seguinte declaração: “Ex.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal ----  
Exmos. Srs. Deputados Municipais -----  
Sr. Presidente e Srs. Vereadores -----

A propósito dos rumores de encerramento do Agrupamento de Escolas do Olival quero referir o seguinte: -----

O Governo que devia avaliar e reconhecer o trabalho desenvolvido e o efeito positivo na comunidade educativa local e das freguesias vizinhas, é o mesmo governo que do Terreiro do Paço, de olhos fechados e por razões meramente economicistas e sem querer entender a realidade local vem, por e simplesmente querer encerrar este serviço, sem respeito pelas populações e sobretudo pelos alunos, pais e professores. -----

Lembro aqui a existência de uma Casa de Apoio Social – a casa da criança – cujos alunos (cerca de 20) com grandes carências educativas e afectivas, frequentam a escola do Olival, junto dos quais o Agrupamento tem desempenhado função insubstituível. (Neste caso o governo não intervém limitando-se a despejar os problemas sociais). -----

Lembro ainda, que foi também um governo socialista que criou ou permitiu criar os Agrupamentos, e no caso do Olival, teve que ser a Junta a acarinhá-lo, a quem cede há 9 anos, casa, luz, água, e muitas outras coisas, sem quaisquer pagamentos, para permitir o seu funcionamento em boas condições. -----

Temos a consciência, e é reconhecido por todos, o inestimável trabalho desenvolvido pelo Agrupamento ao longo dos anos, a quem daqui agradeço a forma empenhada como tem desenvolvido as suas funções. -----

O Agrupamento trouxe ao Olival grandes nomes do ensino, promoveu múltiplas parcerias internacionais, levando longe o nome do Olival e do concelho. Enfim, o ensino nestas escolas teve oportunidades nunca antes verificadas. -----

Sras. e Senhores deputados, isto é uma vergonha, quando se sabe e se diz que o ensino é uma das grandes lacunas do país, e afinal querem aniquilar uma unidade de desenvolvimento formativo que tão bem tem funcionado. -----

Espero que não se confirme o encerramento do Agrupamento, porque a verificar-se, é uma grande perda para a comunidade escolar.” -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores: Constantino da Graça Lopes; Nelson Carlos Lino Lopes; Sérgio Manuel Gameiro Fernandes. --

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE UM PEDIDO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA «CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO – TESOURARIA 2007», NOS TERMOS DA ALÍNEA D), DO N.º2, DO ART.º53º, DA LEI N.º169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número mil quatrocentos e sessenta e dois, datado de vinte e quatro de Janeiro do corrente ano, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia vinte e dois daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos legais acima citados, a respectiva autorização para a contratação do empréstimo junto ao concorrente Caixa Geral de Depósitos, sendo esta a proposta que apresenta o spread mais baixo (0.06% - zero ponto zero seis por cento) e, conseqüentemente, a mais económica para a Autarquia. -----

----- Foram ainda remetidas as propostas apresentadas pelas instituições bancárias consultadas – **(vide processo devidamente arquivado)**. -----

----- Aberto o período de pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal, verificou-se o seguinte: -----

- o processo remetido a este Órgão para análise carecia de um mapa comparativo das propostas apresentadas pelas instituições bancárias; -----

- incorrecção na deliberação camarária quando refere que o empréstimo em questão intervém com a capacidade de endividamento do Município. -----

----- **Face ao exposto, foi deliberado, por unanimidade, adiar a análise desta matéria para a próxima sessão da Assembleia Municipal.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO CAMARÁRIO RELATIVO À EMISSÃO DE «DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA AMPLIAÇÃO DE PEDREIRA DENOMINADA LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. – (GRELHA A).** -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número dois mil cento e seis, datado de trinta e um de Janeiro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia vinte e nove daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo a emissão de declaração de Interesse Público Municipal, no que se refere à ampliação da pedreira denominada *Portela n.º7*, sita na freguesia de Fátima, concelho de Ourém, numa área de seis hectares e meio (6.5ha) – **(vide processo devidamente arquivado).** -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** expôs o seguinte: -----

- questionou acerca dos motivos subjacentes ao facto das zonas extractivas estarem definidas em Reserva Ecológica Nacional; -----

- pretendeu saber se a Câmara Municipal diligenciou no sentido de proceder à monitorização e fiscalização da laboração das indústrias extractivas, conforme foi recomendado aquando da emissão da declaração de interesse público das mesmas. -----

----- Face ao exposto, foi-lhe dito que ambas as questões não são da competência camarária mas do Ministério do Ambiente. -----

----- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou o seguinte: -----

----- **Considerando que se pretende ampliar a área de exploração de uma unidade industrial licenciada e considerando também que a ampliação se fará em área destinada**

**a indústria extractiva no Plano Director Municipal, o plenário entendeu aprovar a proposta por maioria, com uma abstenção do Partido Socialista.** -----

----- De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhora **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto: “O Grupo Municipal do Partido Socialista entende que a emissão da declaração de interesse público em causa pode contribuir como factor de relevo para o desenvolvimento económico do concelho de Ourém, pelo que vota favoravelmente a mesma.

Não obstante, não podemos deixar de registar que a necessidade de emissão da referida declaração de interesse público, exigida pela CCDR para o licenciamento, decorre do facto de, em PDM, figurarem em sobreposição conflituosa a zona extractiva da pedreira e a zona de reserva ecológica. Lapso na elaboração do PDM, facilmente remediável, dirão alguns. Mas que, dizemos nós e é bom que todos estejamos cientes disso, onera este Órgão. -----

Concluimos salientando a importância do cumprimento da lei, nesta como noutras matérias. Nesse sentido, e à semelhança do que, em situações análogas, no passado fizemos, apelamos à Câmara Municipal para que intervenha junto da CCDR, solicitando a monitorização do funcionamento da pedreira.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.03 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AO «VALOR DAS TAXAS INERENTES AO PROCESSO DE REGISTO DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA – LEI N.º37/2006, DE 09 DE AGOSTO» – (GRELHA A).** -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número vinte mil novecentos e quarenta e oito, datado de vinte e oito de Dezembro do ano transacto, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a dezoito de Dezembro daquele mesmo ano, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Dezembro,

alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, autorização para fixar o valor das taxas municipais acima referenciadas e que a seguir se passam a especificar:

- 1 - Emissão do certificado de registo de cidadão da União Europeia – 7,00€ (sete euros); -----
- 2 - Emissão de cartão de residência permanente para cidadão da União Europeia – 7,00€ (sete euros); -----
- 3 - Emissão de cartão de residência de familiar de cidadão da União Europeia nacional de um Estado Terceiro – 7,00€ (sete euros); -----
- 4 - Segunda via dos documentos referidos nos números um, dois e três, por causa de extravio, roubo ou deterioração – 7,50€ (sete euros e cinquenta cêntimos). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À «CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURÉM», NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º7/2003, DE 15 DE JANEIRO – (GRELHA A).** -----

----- Foi remetido, pelo município, o ofício número três mil seiscentos e vinte e sete, datado de vinte e sete do corrente mês de Fevereiro, solicitando a este órgão deliberativo que proceda à respectiva apreciação e se manifeste sobre a mesma. -----

----- Foi ainda remetida uma cópia em suporte digital (CD), a qual foi remetida aos Representantes dos Grupos Municipais com assento neste órgão deliberativo – (**vide processo devidamente arquivado**). -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que o documento em análise, aprovado em reunião camarária realizada a doze do corrente mês, foi dado a conhecer ao Conselho Municipal de Educação no decorrer da reunião do transacto dia

vinte e um, onde o Representante da DREL apresentou uma proposta divergente no que concerne à reorganização dos Agrupamentos de Escolas do concelho, tendo aquele mesmo Conselho emitido parecer favorável e sublinhado que alguns aspectos daquela última proposta deveriam ser tidos em consideração. -----

Salientou ainda que a Carta Educativa deverá compreender as rectificações resultantes das conversações a levar a efeito, a curto prazo, com a Direcção Regional de Educação de Lisboa, relativamente à reorganização dos Agrupamentos de Escolas. -----

Assim, e porque se aguarda pela conclusão das citadas conversações, o Senhor Presidente da Câmara propôs que esta matéria fosse retirada da Ordem de Trabalhos a fim de ser discutida numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal, a agendar. -----

----- **Face ao exposto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou o plenário acerca da proposta do Senhor Presidente da Câmara, tendo o mesmo dado consentimento unânime.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO «REQUERIMENTO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO E DE POSSE ADMINISTRATIVA DOS TERRENOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO CENTRO DE SAÚDE DE OURÉM».** -----

----- Foram remetidas, pelo município, através dos ofícios números três mil quatrocentos e setenta e quatro e três mil seiscentos e quarenta e três, datados respectivamente de vinte e seis e vinte e sete do corrente mês de Fevereiro, cópia das deliberações camarárias tomadas nas reuniões realizadas nos transactos dias dezanove e vinte e seis, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos dos números dois e três, do artigo décimo quarto, do Código das expropriações, o seguinte: “Exm.<sup>a</sup>. Senhora -----

Presidente da Assembleia Municipal de Ourém -----

A Câmara Municipal de Ourém, pela deliberação de 02.05.2006, reformada pela deliberação de 18.12.2006, proferiu a resolução a que se refere o n.º 1, do artigo 10.º do Código das

Expropriações em vigor de requerer a declaração da utilidade pública dos bens a expropriar, necessários à execução do plano de pormenor da Zona do Centro de Saúde de Ourém (execução dos arruamentos – 1.ª fase da Rua de Castela) as quais se juntam, bem como os anexos nelas mencionados, passando tal conjunto a constituir o **ANEXO I** ao presente requerimento, do qual é parte integrante. -----

Tais bens e respectivos proprietários e demais interessados conhecidos são os identificados na dita deliberação reformadora de 18.12.2006, nomeadamente no mapa **anexo I** à mesma (que contém igualmente a lista dos proprietários e demais interessados) e na *planta parcelar anexo II à mesma* (que define os limites da área a expropriar) -----

Foi adoptada a fase de tentativa de aquisição dos bens a expropriar por via de direito privado, nos termos do artigo 11.º do Código das Expropriações em vigor, tendo sido possível adquirir por tal via apenas os bens e direitos identificados no **ANEXO II** ao presente requerimento, do qual é parte integrante. -----

Todavia, aquela tentativa de aquisição dos bens a expropriar por via de direito privado não logrou qualquer êxito relativamente aos bens e direitos com eles conexos identificados no Mapa **ANEXO III** ao presente requerimento, do qual faz parte integrante. -----

Os motivos do referido inêxito são os referidos, em relação a cada uma das parcelas a expropriar, no Mapa **ANEXO III** ao presente requerimento. -----

Todos os elementos relativos à dita fase de tentativa de aquisição por via de direito privado se juntam, passando tal conjunto a constituir o **ANEXO IV** ao presente requerimento, do qual é parte integrante. -----

Os encargos financeiros a suportar com as expropriações dos bens acima referidos estimam-se em **€ 770.159,50** (*Setecentos e setenta mil, cento e cinquenta e nove euros e cinquenta cêntimos*) e serão suportados pela rubrica 02.07.03.01, conforme Declaração de 19/02/2007, do respectivo cabimento e cativação, emitida pelo responsável pelos serviços municipais de Contabilidade, constante do **ANEXO V** ao presente requerimento, do qual é parte integrante. ---

A expropriação dos bens acima identificados é urgente pelas razões constantes do *Programa dos trabalhos*, que se junta e passa a constituir o **ANEXO VI** ao presente requerimento, do qual é parte integrante. -----

No caso em apreço não é legalmente exigido estudo de impacte ambiental. -----

Nestes termos, requer-se à Assembleia Municipal de Ourém: -----

a) A declaração de utilidade pública da expropriação dos bens e direitos com eles conexos identificados no Mapa **ANEXO III**, acima referido e na *planta parcelar* que define os limites da área de cada parcela a expropriar, identificada como **ANEXO VII**, que aqui se dão por reproduzidos; -----

b) Atribuição do *carácter de urgência* à expropriação dos referidos bens, de acordo com os fundamentos constantes do *Programa dos trabalhos*, que aqui se dá por reproduzido; -----

c) Autorização para o Município de Ourém tomar posse administrativa dos bens a expropriar, a qual se torna indispensável para permitir o início da *execução do projecto de obras aprovado*, de acordo com os fundamentos constantes do dito *programa de trabalhos*. -----

Pede deferimento. -----

O Presidente da Câmara” -----

----- Para melhor análise, foi remetida cópia do processo a todos os membros constituintes do plenário – (**vide processo devidamente arquivado**). -----

----- Antes de passar à apreciação do processo e atendendo a que este ponto da Ordem de Trabalhos foi aditado no passado dia vinte e seis e conseqüentemente entregue aos membros da Assembleia Municipal, ontem, terça-feira, o plenário sublinhou a dificuldade em proceder à respectiva análise dada a escassez de tempo para estudar uma matéria com a complexidade e dimensão que a caracterizam. -----

Assim, o plenário entendeu que o aditamento deste ponto da Ordem de Trabalhos carecia de votação nos termos do artigo octogésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de 11 de Setembro. -----

----- Face ao exposto, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, referindo tratar-se de uma sessão ordinária e urgir a discussão da matéria em questão, propôs o respectivo aditamento, tendo a proposta sido aprovada, por maioria, com sete votos contra – um do Partido Popular e seis do Partido Socialista – e uma abstenção do Partido Social Democrata. ---

----- Seguidamente, aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta, a votação do plenário, tendo o mesmo deliberado o seguinte: -----

----- Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea r) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro) da alínea a) do artigo 16.º da lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, do artigo 128º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro) dos n.ºs 2 e 3 do artigo 14.º, do n.º1 do artigo 15.º e do n.º1 do artigo 19.º, todos do Código das Expropriações (aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, e alterado pelas Leis n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, e n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro) e tendo em conta os justificativos, de facto e de direito, integrantes do respectivo processo administrativo, nomeadamente o requerimento da Câmara Municipal de Ourém de 19/02/2007 e os anexos nele mencionados, que aqui se dão por reproduzidos, a Assembleia Municipal de Ourém delibera, por dezanove votos a favor, um voto contra do Partido Comunista Português e dez abstenções – cinco do Partido Socialista, quatro do Partido Social Democrata e uma do Partido Popular, o seguinte: -----

**PRIMEIRO:** - Declarar a utilidade pública da expropriação dos imóveis e arrendamentos com eles conexos devidamente identificados e assinalados na lista com identificação dos proprietários e demais interessados, identificada como anexo I, e na planta parcelar que define os limites da área a expropriar, identificada como anexo II à presente deliberação, da qual fazem parte integrante. -----

**SEGUNDO:** - Ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 15.º do Código das Expropriações, atribuir o carácter de urgência à expropriação dos bens referidos no parágrafo primeiro, de acordo com os fundamentos indicados no programa de trabalhos elaborado pela entidade expropriante constante do processo administrativo, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

**TERCEIRO:** - Ao abrigo do n.º1 do artigo 19.º do Código das Expropriações, autorizar a entidade expropriante, Município de Ourém, a tomar posse administrativa imediata dos bens objecto da expropriação referido, no parágrafo primeiro. -----

**QUARTO:** - Atento o disposto no n.º2 do artigo 19.º do Código das Expropriações, a autorização da posse administrativa referida no parágrafo anterior funda-se na urgência em dar início às obras de interesse público de execução do Plano de Pormenor do Centro de Saúde de Ourém – Arruamentos – 1.ª fase – Rua de Castela, conforme

programa de trabalhos elaborado pela entidade expropriante constante do processo administrativo, as quais devem ter início após a vistoria ad prepetuam rei memoriam conforme o disposto do art.º 21º do Código das Expropriações. -----

**QUINTO:** - Fazem parte desta deliberação os anexos referidos no parágrafo primeiro, sendo constituídos, o anexo I pela lista com identificação dos proprietários e demais interessados, no qual se refere o número da parcela constante da planta parcelar, a respectiva identificação predial e matricial e a área total da parcela a expropriar, e o anexo II, pela planta parcelar que define os limites da área a expropriar e que identifica as parcelas fazendo corresponder o número de parcela com o seu equivalente no anexo I. -----

**SEXTO:** - A presente expropriação destina-se à realização das obras de arruamentos – 1.ª fase – da Rua de Castela, na Cidade de Ourém, em execução do Plano de Pormenor da Zona do Centro de Saúde de Ourém, devidamente ratificado através da Portaria n.º 190/97, de 20 de Março, publicada no Diário da República, I Série – B, n.º 67/97, de 20 de Março de 1997, e plenamente eficaz, devendo as respectivas operações de execução ser iniciadas na data referida no n.º4, de acordo com o estabelecido no programa de trabalhos apresentado pela Câmara Municipal de Ourém, constante do processo administrativo e que aqui se dá por reproduzido. -----

**SÉTIMO:** - Os encargos com a aquisição destas parcelas serão suportados pelo orçamento do Município de Ourém, cujo montante se encontra cabimentado e cativado, conforme Declaração do responsável pelos serviços municipais de contabilidade, de 19.02.2007, constante do processo administrativo, que aqui se dá por reproduzida. -----

----- De seguida, registaram-se as declarações de votos dos membros da Assembleia Municipal senhores: -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL**, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O Grupo do PS abstém-se na votação do *«requerimento do pedido de declaração de utilidade pública de expropriação e de posse administrativa dos terrenos necessários à execução do Plano de Pormenor da zona do Centro de Saúde de Ourém»* por considerar que não lhe foram facultados com a antecedência mínima razoável, em face da

extensão do material em análise, os documentos que instruem a proposta, tanto mais que se trata de um processo que se arrasta há longos anos.” -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** referiu que votou contra esta proposta dada a escassez de tempo para proceder à análise do processo. -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.06 – ELEIÇÃO DE «UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL».** -----

----- Foi remetido, pelo Município, o ofício número três mil setecentos e cinquenta e oito, datado de vinte e oito de Fevereiro, do ano em curso, solicitando a este órgão deliberativo a designação de um Presidente de Junta de Freguesia que representará as dezoito Juntas de Freguesia no *Conselho Cinegético Municipal*. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento na Assembleia Municipal, acerca das propostas a apresentar, verificou-se a seguinte intervenção: -----

= **CARINA JOÃO REIS OLIVEIRA**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal Social Democrata, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, senhor José Custódio Ribeiro Faria. -----

----- Não se registando qualquer outra proposta, procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – trinta (30)** -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Seiça – trinta votos (30)** -----

----- **Verificados os resultados, foi eleito, por unanimidade, o Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, senhor JOSÉ CUSTÓDIO RIBEIRO FARIA, para integrar o *Conselho Cinegético Municipal*.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**02.07 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, tendo-se registado a seguinte intervenção: -----

= **EUNICE FONSECA**, natural da freguesia de Olival, focou duas situações que presentemente preocupam a população do concelho, ou seja: -----

- agradeceu o empenho e interesse demonstrados pelos Senhores Presidentes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia do Olival relativamente à questão do Agrupamento de Escolas Acácio de Paiva, o qual se encontra na iminência de encerrar com a emergência da Carta Educativa do Concelho. -----

Conforme afirmou, esta situação inquieta a população do Olival que tenciona diligenciar para que o citado Agrupamento permaneça, respondendo às necessidades educativas. -----

- relativamente ao eventual encerramento nocturno do Serviço de Atendimento Permanente de Ourém (SAP), enalteceu as intervenções da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e bem assim do Senhor Presidente da Câmara acerca desta questão. -----

Sublinhou a necessidade da população pugnar para que não se venha a verificar aquela realidade, pois não existe qualquer hospital e está em causa servir cerca de cinquenta mil habitantes. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO